DELIBERAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE: como desigualdades estruturais impactam discussões interpessoais [1]

DELIBERATION AND INTERSECTIONALITY: how structural inequalities impact interpersonal discussions

Aira Souza Almeida [2]
Rousiley Celi Moreira Maia[3]
Maiara Garcia Orlandini[4]

Resumo: *Este artigo analisa como abordagens deliberativas sistêmicas e perspectivas interseccionais ajudam a compreender diferentes comportamentos de discussão entre jovens e adolescentes. Utilizando dados do "Projeto Compartilha", com mais de 500 estudantes, investiga como desigualdades de gênero, raça e classe moldam interações em debates sobre temas controversos. A pesquisa utiliza o esquema de codificação dos Momentos Transformadores da Deliberação (do inglês "Deliberative Transformative Moments" DTM) para avaliar o fluxo da deliberação em mais de 7 mil atos de fala. Os resultados mostram que desigualdades estruturais afetam a participação, com destaque para padrões complexos de marginalização racial e socioeconômica. O estudo contribui ao demonstrar como tais desigualdades influenciam o engajamento político desde a escola, com foco na abordagem sistêmica da deliberação e na perspectiva interseccional.*

Palavras-Chave: *Deliberação. Interseccionalidade. Comportamento político.*

Abstract: *This article analyzes how systemic deliberative approaches and intersectional perspectives help to understand different discussion behaviors among youth and adolescents. Using data from the "Projeto Compartilha," involving more than 500 students, it investigates how inequalities of gender, race, and class shape interactions in debates on controversial issues. This study employs the coding scheme of Deliberative Transformative Moments (DTM) to assess the flow of deliberation across approximately 7,000 speech acts. The results show that structural inequalities affect participation, highlighting complex patterns of socioeconomic marginalization. The study contributes by demonstrating how such inequalities influence political engagement from the school context onward, with a focus on the systemic approach to deliberation and the intersectional perspective.*

Keywords: *Deliberation. Intersectionality. Political behaviour.*

---

[1] Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

[2]Aira Souza Almeida: PPGCOM/UFMG, Mestre, airasalmeida@gmail.com.
[3]Rousiley Celi Moreira Maia: Departamento de Comunicação Social/UFMG, Professora titular, rousiley@gmail.com.
[4]Maiara Garcia Orlandini: PPGCOM/UFMG, Doutora, orlandini.maia@gmail.com.

1. Introdução

A democracia deliberativa constitui uma abordagem teórica que compreende a legitimidade das decisões políticas como resultado de processos de troca pública de razões entre cidadãos, com status igualitário e idealmente livre de coações. Nesse modelo, a deliberação é entendida como um processo de comunicação orientado à reflexão recíproca, no qual os participantes apresentam considerações, preocupações e argumentos através de suas diferenças e perspectivas com possibilidade de busca de soluções para lidar com conflitos e desacordos, de modo mutuamente aceitável sem uso de dominação (BÄCHTIGER et al., 2018; FISHKIN, 1995; COHEN, 1989). Entre os autores clássicos dessa tradição, Jürgen Habermas (1997) oferece uma das formulações mais influentes. Nessa perspectiva, a comunicação ocupa um papel central na formação das preferências e da vontade política, sendo orientada por princípios normativos que asseguram a qualidade do processo deliberativo, entre os quais se destacam a inclusão, a publicidade, a reciprocidade, o respeito e a não coerção (REBER, 2023; MAIA et al., 2023).

Entre esses princípios, a inclusão ocupa um papel fundamental, pois garante que todos aqueles potencialmente afetados por uma decisão tenham a oportunidade de participar das discussões que a antecedem. A inclusão é uma condição essencial para a legitimidade deliberativa, uma vez que a exclusão sistemática de determinados grupos compromete tanto a equidade do processo quanto a qualidade das decisões produzidas (HABERMAS, 1997; YOUNG, 2002; MAIA, 2012). No entanto, assegurar a inclusão efetiva em contextos marcados por desigualdades estruturais permanece um desafio significativo, especialmente no que diz respeito à participação de grupos historicamente marginalizados, cujas vozes frequentemente enfrentam barreiras sociais, culturais e institucionais (KARPOWITZ, MENDELBERG e SHAKER, 2012; FELDHAUS, 2024; ELDER, KARPOWITZ e MENDELBERG, 2025).

Os estudos deliberativos, que inicialmente tratavam especialmente sobre aspectos normativos da teoria, ganharam uma vocação mais prática através de investigações empíricas sobre situações deliberativas reais, seja em parlamentos (Steiner et al., 2004), seja em iniciativas de cidadãos, seja ainda em fóruns e assembleias compostas de representantes políticos, especialistas, associações cívicas ou pessoas comuns acerca de questões relevantes para a sociedade (STEINER et al., 2004; GASTIL et al., 2023).

Assim, este artigo explora a importância de compreender a inclusão a partir de uma abordagem interseccional (CRENSHAW, 2013; CORRÊA et al., 2018; PILAR e GUIMARÃES-SILVA, 2020; COLLINS e BILGE, 2021), reconhecendo como diferentes formas de desigualdade, como gênero, raça e classe, interagem e produzem barreiras específicas à participação em espaços deliberativos.

Nesse contexto, examinam-se como as desigualdades de gênero, raça e classe moldam a participação, a voz e o fluxo das interações em discussões em pequenos grupos sobre questões políticas controversas. Com base nos dados da Fase I do Projeto Compartilha - uma pesquisa com desenho experimental realizada em escolas públicas brasileiras com mais de 500 estudantes, com distribuição aleatória no nível de grupos de controle e tratamento -, o presente artigo investiga mais de 7 mil atos de fala, a partir de uma esquema de codificação dos Momentos Transformadores da Deliberação (do inglês "Deliberative Transformative Moments" (DTM) (JARAMILLO e STEINER, 2014; STEINER et al., 2017; MAIA et al., 2020). Essa ferramenta possibilita identificar momentos específicos em que a qualidade da deliberação muda de forma significativa, dando a ver a dinâmica do processo deliberativo ao longo de uma discussão. Entendemos que a escola representa uma espécie de microcosmo da sociedade (BORSA, 2007), que pode tanto reproduzir quanto transformar as desigualdades sociais.

2. A relevância de uma abordagem interseccional nos estudos sobre deliberação

A abordagem aqui adotada parte da articulação entre teoria deliberativa (MANSBRIDGE et al., 2012; BÄCHTIGER e PARKINSON, 2019; MAIA, HAUBER e CHOUCAIR, 2023) e teorias da interseccionalidade (CRENSHAW, 2013; BAILEY et al., 2019; DE HOLLANDA et al., 2020; COLLINS e BILGE, 2021; FELDHAUS, 2024). Argumentamos que os estudos sobre interseccionalidade são relevantes para identificar e lidar com as barreiras estruturais à inclusão, para que todas as vozes sejam efetivamente ouvidas para que processos de discussão resultem em decisões mais democráticas e legítimas.

Conforme argumentado por Collins e Bilge (2013), a interseccionalidade permite compreender como diferentes eixos de opressão – como o racismo, o sexismo e o classismo – operam conjuntamente, tendo a capacidade de limitar o acesso a direitos e à participação política. No caso brasileiro, essas dinâmicas se intensificam devido à herança colonial e

escravocrata, à resistência da cultura patriarcal (BRABO e DA SILVA, 2016; SANTOS e SILVA, 2018; GONZALEZ e HASENBALG, 2022; OLIVEIRA, 2024)

Dessa forma, práticas institucionais e simbólicas que continuam a excluir amplos setores da população dos processos decisórios . A classe social, por sua vez, atravessa e potencializa essas formas de exclusão, influenciando diretamente as oportunidades de escolarização, o acesso à informação e à cultura política (FUKS, 2012; SOUZA, 2017). A perspectiva interseccional reconhece que desigualdades de gênero, raça e contexto socioeconômico são melhor compreendidas quando relacionadas analiticamente. Apesar dos desafios de explorar explicitamente essas sobreposições, e seus respectivos efeitos, é crucial captar essa manifestação e suas interações nos espaços de deliberação.

Os estudos sobre deliberação já se preocuparam em destacar como a exclusão de cidadãos nas discussões acerca de temas de bem comum influencia negativamente o engajamento e a participação política (DRAKE, 2023; MAIA, 2012; MENDONÇA E ASENBAUM, 2025; YOUNG, 2002). As dinâmicas de exclusão são replicadas e reforçadas em níveis mais amplos de debate coletivo e decisão política, em diferentes esferas. Assim, argumentamos que uma compreensão mais holística do processo é benéfica para lidar com os efeitos dessas desigualdades, enquanto a interseccionalidade fornece uma lente conceitual e analítica capaz de captar a complexidade das interações sociais e das desigualdades que impactam o fluxo deliberativo. Assim, o nosso esforço de unir uma perspectiva que considere os estudos sobre deliberação à sensibilidade analítica da interseccionalidade tem por objetivo aprofundar a compreensão das barreiras estruturais que limitam a inclusão deliberativa, em práticas concretas de discussões de temas de interesse comum desde a formação escolar.

3. Como mensurar a inclusão?

A mensuração da inclusão em processos deliberativos exige uma abordagem que vá além de ferramentas quantitativas de participação. No contexto brasileiro, profundamente marcado por desigualdades estruturais, é essencial considerar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe moldam não apenas quem fala, mas também quem é ouvido, reconhecido e validado nos espaços de discussão. Ao se pensar a inclusão em uma

perspectiva interseccional, torna-se necessário observar as diferentes formas pelas quais os sujeitos experienciam a exclusão, a depender de suas posições sociais.

Em nosso estudo, a inclusão é mensurada por meio da análise qualitativa dos atos de fala em grupos de discussão, a partir do DTM (JARAMILLO e STEINER, 2014; STEINER et al., 2017; MAIA et al., 2020), que permite identificar momentos de transformação qualitativa no fluxo deliberativo, sensíveis à forma como os participantes interagem em momentos de discussão de temas controversos. Dessa forma, é possível captar não apenas a frequência de participação (ALMEIDA et al., 2023), mas, também, a qualidade das interações.

3.1 Voz, Gênero, Raça e Classe nos grupos de discussão

A análise da inclusão nos grupos de discussão, seja entre adultos seja entre jovens deve considerar como as hierarquias sociais influenciam a forma como diferentes sujeitos se posicionam, são percebidos e interagem nos debates. No Brasil, as desigualdades de gênero, raça e classe se entrelaçam historicamente à exclusão política, relegando mulheres, pessoas negras e sujeitos oriundos das classes populares a posições de subalternidade nos espaços públicos e formais de poder (BIROLI, 2016; CARNEIRO, 2020). Essas dinâmicas são reproduzidas também em espaços como o ambiente escolar, onde expectativas sociais distintas são projetadas sobre estudantes com base em seus marcadores sociais (LINS, MACHADO E ESCOURA, 2016).

A desigualdade de gênero, construída historicamente a partir de papeis socialmente atribuídos (BRABO e DA SILVA, 2016), pode vir a conformar o comportamento dos sujeitos desde a infância, limitando as possibilidades de expressão e influência de meninas nos espaços de deliberação. Biroli (2016) enfatiza que essas desigualdades afetam não apenas a divisão do trabalho e a inserção no mercado, mas também a forma como as mulheres se engajam na política – especialmente aquelas que sofrem opressões para além do gênero, como aquelas relacionadas a classe e a raça.

No caso das desigualdades raciais, sua estruturação histórica remonta à escravidão e a colonização, cujos efeitos ainda se manifestam nas dimensões simbólica e material da vida social brasileira. A população negra, mesmo após a abolição da escravidão, permaneceu sem acesso a terras, educação ou direitos políticos, sendo excluída dos mecanismos de cidadania e

marginalizada espacialmente (MOURA, 1992). Como apontam Gonzalez e Hasenbalg (2022), o racismo no Brasil não é um resquício do passado, mas um mecanismo ativo de manutenção das desigualdades, que confere privilégios materiais e simbólicos à branquitude.

As desigualdades de classe, por sua vez, operam também de forma espacializada no contexto escolar. Como mostra Fuks (2012), a socialização política é atravessada pelas experiências escolares, e essas experiências são desiguais a depender da localização, infraestrutura e cultura das instituições. Escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social lidam com escassez de recursos, alta rotatividade docente e menores oportunidades de acesso à informação qualificada (RIBEIRO e VÓVIO, 2017), o que limita o engajamento cívico e político dos estudantes ali inseridos. Além disso, como aponta Souza (2017), a disposição socioespacial das desigualdades urbanas contribui para restringir o acesso das classes populares aos dispositivos institucionais de participação política, intensificando um ciclo de exclusão e marginalização.

Nesse contexto, a categoria "voz" não se refere apenas à possibilidade de fala, mas à possibilidade de uma pessoa ser legitimamente de uma ouvida, compreendida e levada em consideração no processo deliberativo. Um exemplo é o caso das meninas negras e pobres, em que essa possibilidade é ainda mais reduzida, pois enfrentam simultaneamente o racismo estrutural, o patriarcalismo e os efeitos da desigualdade econômica, que impactam sua autoestima, sua formação identitária e sua agência política (FREITAS, 2018; CARNEIRO, 2020).

Essas desigualdades não apenas moldam as interações escolares e extra-escolares, mas também evidenciam os limites da teoria deliberativa tradicional frente a contextos de opressão estrutural. Apesar de seu apelo normativo à inclusão, essa teoria, enraizada no pensamento ocidental moderno, frequentemente falha em reconhecer a persistência de injustiças como o colonialismo, o racismo, o patriarcado e as desigualdades de classe (MENDONÇA e ASENBAUM, 2025; DRAKE, 2023) e, ainda, negligencia formas de expressão e modos de saber que não se alinham à lógica da “razão pública” eurocentrada (ASENBAUM et al., 2024). Nossa indagação central parte da premissa que sujeitos como meninas negras e pobres enfrentam não apenas a dificuldade de falar, mas a recusa sistemática de serem escutadas e validadas. Como aponta Afsahi (2020), a exclusão deliberativa pode se manifestar em formas sutis que limitam a influência de certos participantes, mesmo quando estão presentes. Por isso, adotar uma lente interseccional e

situada é fundamental para revelar como as hierarquias sociais atravessam e moldam os próprios processos deliberativos.

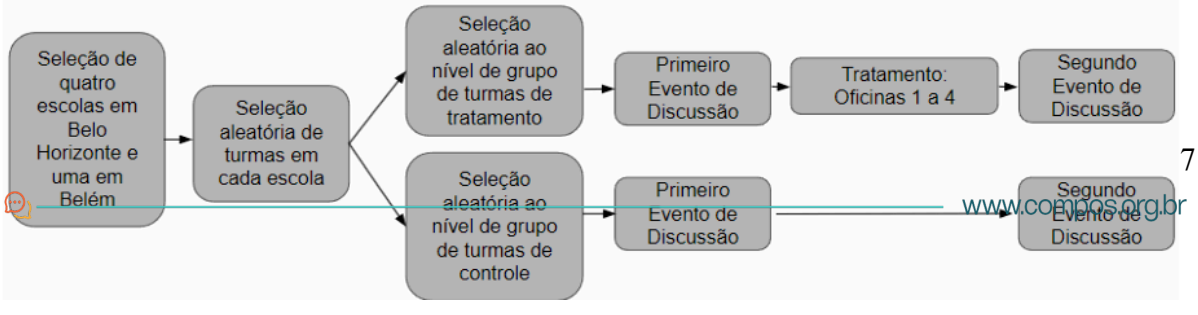
3.2 O projeto Compartilha

A partir da discussão sobre como gênero, raça e classe podem influenciar o engajamento e a qualidade da participação em espaços deliberativos, torna-se fundamental apresentar a base empírica que sustenta esta pesquisa: o Projeto Compartilha. Essa iniciativa oferece um campo fértil para observar, em um ambiente controlado e orientado por princípios deliberativos, como as desigualdades sociais se manifestam nas interações discursivas entre jovens na sala de aula.

O Projeto Compartilha, iniciado em 2017, visa compreender como o ensino da deliberação pode contribuir para a formação democrática de cidadãos mais engajados, críticos e participativos na vida pública e política. Reconhecendo a escola como um espaço fundamental para a educação política de jovens, o projeto parte de desafios contemporâneos como a polarização, a proliferação de discursos de ódio e a intolerância, para desenvolver competências que podem fortalecer a democracia.

Fundamentado na teoria da democracia deliberativa, com destaque para as contribuições de Habermas (1997), Dryzek (2007), Mansbridge *et al.* (2012), Neblo (2015), Samuelson e Boyum (2015) e Steiner *et al.* (2017), o projeto assume que a deliberação é fundamentada em habilidades e comportamentos que podem ser ensinados e aprendidos, inclusive no contexto escolar.

O Projeto Compartilha tem sido desenvolvido ao longo de três fases. A presente pesquisa se concentra nos dados gerados na Fase I (2018–2022), implementada em quatro escolas públicas de Belo Horizonte (MG) e uma de Belém (PA), com perfis socioeconômicos contrastantes (duas escolas de classe média e três em situação de vulnerabilidade). A Fase I foi realizada como um experimento, que contou com a participação de cerca de 500 estudantes, com idades entre 15 e 18 anos, que foram distribuídos aleatoriamente no nível de grupo entre grupos de controle e tratamento. A Figura 1 permite uma visualização esquemática do desenho experimental adotado.



www.compos.org.br

FIGURA 1 - Desenho de pesquisa
FONTE - MAIA et al. (2023), tradução nossa.

A intervenção consistiu em oito encontros, dos quais quatro foram especificamente dedicados ao ensino-aprendizagem da deliberação. Nessas oficinas, os estudantes do grupo de tratamento participaram de atividades como discussões sobre tomada de decisão coletiva, reflexões sobre normas deliberativas, o jogo "Que perfil é esse?" e discussões em grupo sobre temas controversos. Os encontros 2 (pré-oficinas) e 7 (pós-oficinas) reuniram todos os participantes — dos grupos de controle e tratamento, divididos em subgrupos — para discutir liberdade de expressão, intolerância e discurso de ódio nas redes sociais. Esses encontros forneceram um extenso material empírico, que será analisado aqui a fim observar o impacto das desigualdades sociais no fluxo das interações deliberativas.

Para nossos propósitos, cabe destacar que estudos anteriores dessa pesquisa indicaram que, embora a intervenção do Projeto Compartilha tenha gerado resultados positivos, como o aumento da participação feminina e melhorias em certos aspectos na qualidade do discurso (provimento de argumentos e histórias pertinentes, esses efeitos foram marcadamente desiguais (MAIA et al., 2023, MAIA et al. 2026). Em particular, desigualdades estruturais associadas ao contexto socioeconômico persistiram e influenciaram de maneira distinta a forma como os estudantes, especialmente os de contextos vulneráveis e não brancos, se engajaram nas discussões, mesmo após as oficinas de ensino-aprendizagem. O estudo mencionado utilizou um esquema de codificação - no caso, o Índice de Qualidade Deliberativa (do inglês *Deliberative Quality Index* - DQI), o qual trata a qualidade deliberativa no nível individual dos atos de fala, agregados no seu conjunto. O presente artigo utiliza outra metodologia e, ainda, combina estratégias qualitativas e quantitativas para melhor compreender desigualdades de gênero e classe. O principal instrumento analítico empregado foi o esquema de codificação dos Deliberative Transformative Moments (DTM) (JARAMILLO e STEINER, 2014), que permite observar a qualidade das interações

discursivas e sua transformação ao longo das discussões, especialmente no que tange à influência de vozes socialmente marginalizadas no debate.

4. Metodologia

A fim de elucidar como os marcadores sociais de gênero, raça e classe influenciam a qualidade das interações em práticas de discussão deliberativa, descrevemos a seguir as ferramentas e os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo.

No que concerne ao corpus da pesquisa, esse trabalho aborda apenas os dados referentes ao encontro 2, que resultaram em aproximadamente 7 mil atos de fala extraídos das transcrições das discussões em grupo realizadas nesse encontro. A unidade de análise são os proferimentos dos estudantes. Esses atos de fala foram categorizados segundo o esquema de codificação: *Deliberative Transformative Moments* (DTM), desenvolvido por Jaramillo e Steiner (2014) e sistematizado por Steiner et al. (2017). Cabe destacar que focamos nos atos de fala extraídos das gravações das discussões em pequenos grupos durante o encontro 2. O DTM permite captar variações qualitativas ao longo da deliberação, a partir do momento em que indica a classificação de cada ato de fala em uma das quatro categorias:

> 1) (Cod 1). O ato de fala permanece em um alto nível de deliberação: esta categoria é utilizada quando o ato de fala anterior estava em um alto nível de deliberação e o ato de fala atual continua nesse patamar. A codificação é mais simples quando o ato de fala cumpre todos os critérios de uma boa deliberação, como a ausência de interrupções indevidas, a justificação racional dos argumentos ou o uso de histórias relevantes, por exemplo. Porém, mesmo que nem todos esses critérios sejam atendidos, a deliberação pode permanecer em um alto nível se os participantes continuarem a interagir de forma coerente com o tópico.
>
> 2) (Cod 2). O ato de fala transforma o nível de deliberação de alto para baixo: esta categoria é usada quando o ato de fala anterior estava em um alto nível de deliberação, mas o ato atual rebaixa o nível deliberativo. Isso ocorre quando a fluidez da discussão é interrompida e o tópico em debate não é mais seguido. Ou também quando um novo tópico irrelevante para a temática da discussão é introduzido.
>
> 3 (Cod 3). O ato de fala permanece em um baixo nível de deliberação: esta categoria é aplicada quando o ato de fala anterior estava em um baixo nível de deliberação e o ato atual não eleva o nível dessa discussão. Ou seja, os participantes não conseguem

redirecionar a conversa para um caminho produtivo. O discurso permanece irrelevante ou confuso, não contribuindo para o avanço do debate.

4) (Cod 4). O ato de fala transforma o nível de deliberação de baixo para alto: esta categoria é utilizada quando o ato de fala anterior estava em um baixo nível de deliberação, mas o ato atual eleva o nível da discussão. Isso acontece quando os participantes introduzem novos aspectos a um tópico discutido ou formulam um novo tópico relevante, apresentando bons argumentos que justificam a continuidade ou a introdução de novas ideias.

Essa ferramenta metodológica foi escolhida por sua capacidade de analisar o fluxo da deliberação de maneira dinâmica e situada, respeitando a sequência das falas e os sentidos produzidos pelos próprios participantes durante as interações.

A codificação foi realizada por duas pesquisadoras treinadas com base em um livro de códigos elaborado previamente. Para garantir validade e confiabilidade, foram conduzidas três rodadas de testes com amostras diferentes do material (com o mesmo N), utilizando o Alfa de Krippendorff como coeficiente de consistência. Os valores obtidos variaram entre 0,67 e 1,0, assegurando a qualidade dos procedimentos analíticos. Após os testes, a codificação completa do corpus foi realizada, considerando apenas os atos de fala dos estudantes.

Além da análise dos atos de fala, foram incorporadas variáveis sociodemográficas — como gênero e classe — obtidas por meio de questionário de autodeclaração. A variável de classe utilizada aqui foi obtida através de uma avaliação qualitativa do contexto socioeconômico das escolas pelos pesquisadores do projeto e a variável de gênero foi obtida através de autodeclaração dos participantes via questionário sociodemográfico. Os cruzamentos entre essas variáveis e os padrões observados nas falas codificadas permitiu analisar qualitativamente a participação, com foco na forma como desigualdades sociais influenciam o engajamento e a qualidade das interações em contextos deliberativos.

Essa metodologia possibilita, portanto, observar como marcadores sociais influenciam as dinâmicas discursivas de grupos de discussão e em que medida o ensino de capacidades deliberativas pode mitigar barreiras estruturais à participação de grupos socialmente vulnerabilizados nesse contexto.

5. Análise

A análise empírica concentrou-se nos resultados dos grupos de discussão realizados no encontro 2 da Fase I do Projeto Compartilha, considerando as dimensões de classe, gênero e raça. Para tanto, cruzaram-se as variáveis DTM, com questões de Classe, Gênero e Raça. Para a realização das análises adotaram-se ferramentas previamente testadas e adequadas ao tipo e à magnitude dos dados coletados, seguindo recomendações metodológicas (Maia et al., 2023, Maia et al. 2026).

É importante informar que apesar de suscetíveis tentativas de incluir a variável raça/cor nas análises, ao longo da pesquisa, optou-se por não utilizá-la devido a dificuldades na identificação dos participantes no banco de dados, embora a discussão teórica e contextual sobre desigualdades raciais no Brasil tenha sido mantida por sua importância para a pesquisa. A identificação de raça/cor foi coletada apenas por meio do questionário sociodemográfico - inspirado na pergunta de raça/cor feita no Censo de 2010 -, e, diferentemente de gênero, não pôde ser observada visualmente nas gravações nem inferida por marcadores linguísticos, o que limitou a identificação posterior dos autores dos proferimentos na base de dados e impossibilitou o uso da variável nas análises. Por essa razão, o cruzamento dos DTM's com a variável cor/raça não foi realizado. Considerando o papel central da raça nas desigualdades sociais e educacionais, defende-se que pesquisas futuras incorporem, desde o desenho de pesquisa e a coleta, procedimentos que assegurem a identificação racial/autodeclaratória dos participantes, com mecanismos de vínculo à base de proferimentos (como autodeclaração no mapa da rodada, protocolos assistidos de preenchimento do questionário e procedimentos éticos que incentivem a autodeclaração segura e informada), de modo a viabilizar análises interseccionais que articulem gênero, raça e classe nas dinâmicas deliberativas.

Com efeito, as análises a seguir se referem aos cruzamentos das variáveis de gênero e classe com a variável do DTM.

5.1 Influência dos marcadores sociais (gênero e classe) no fluxo deliberativo

Estudos sobre a relação entre desigualdade de gênero e deliberação têm agregado contribuições importantes para a teoria deliberacionista, pesquisas anteriores indicam que marcadores de gênero influenciam a prática da deliberação e a participação em contextos de discussão política. Por exemplo, Karpowitz, Mendelberg e Shaker (2012) e Mendelberg, Karpowitz e Oliphant (2014) mostram que mulheres tendem a falar menos em grupos

deliberativos e a receber menos interrupções positivas e mais interrupções negativas, o que reduz a eficácia de sua participação e sua percepção de influência nas deliberações. Trabalhos como estes evidenciam que as desigualdades de gênero se manifestam tanto em deliberações institucionalizadas quanto nas interações cotidianas, afetando diretamente o fluxo das discussões.

Em diálogo com as pesquisas mencionadas acima, o presente trabalho investigou a relação entre gênero e deliberação. Os dados da Tabela 1, juntamente aos dados apresentados na Tabela 1 mostram como o marcador gênero influencia o fluxo deliberativo no sentido de reproduzir desigualdades de posição deliberativa entre meninas e meninos. Os resultados mostram que o gênero influencia a participação dos alunos no fluxo da deliberação da seguinte forma: as meninas (86,10%) têm menor participação no DTM1 do que os meninos (89,20%) e maior proporção no DTM3 - meninas 5,70% x meninos 4,30% (ver Tabela 1). Ou seja, as meninas participaram menos de falas claras, respeitosas e dentro do tema, e mais de falas que mantiveram a conversa em um nível confuso ou desrespeitoso, em comparação aos meninos. Assim, o marcador de gênero influencia o fluxo deliberativo no sentido de reproduzir desigualdades deliberativas entre meninas e meninos, embora não afete igualmente todos os DTMs, por exemplo, DTM2 e DTM4, que não apresentaram diferença estatisticamente significativa entre alunas e alunos.

TABELA 1
Cruzamento entre as variáveis DTM e marcadores de Gênero no encontro de nº. 2

DTM	Masculino	Feminino	Teste Z (p-valor)
DTM1	89,20%	86,10%	**
DTM2	1,40%	1,20%	ns
DTM3	4,30%	5,70%	*
DTM4	0,80%	1,20%	ns
NI	4,20%	5,80%	*

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

Evidências como essas mostram como indivíduos e grupos como mulheres, pessoas não brancas e pessoas LGBTQ+ encontram dificuldade para participar ativamente em discussões que não sejam estruturadas para promover a sua inclusão efetiva (Young, 2002; Fraser, 1999; Biroli, 2017). Discussões livres com moderação neutra, como foi o caso do encontro analisado, tendem a ser dominadas por vozes masculinas. Em trabalhos anteriores publicados sobre o Projeto Compartilha (Almeida et al, 2023; Maia et al, 2023) foi evidenciado que a participação (volume e proporção de falas) dos meninos foi superior à participação das meninas no encontro 2. Isso pode ser evidenciado no exemplo abaixo, extraído da base de dados da pesquisa.

TABELA 2
Exemplo de *Meninos* interrompendo o alto nível deliberativo (DTM1)

Aluno 1: Eu tenho uma opinião e acho que tem muita gente que concorda e acaba fazendo errado. Que é, se a pessoa tem sua opinião, deixa ela viver com a sua opinião e não discorda da opinião dos outros.	1
Aluno 2: Igual religião...	1
Aluna 3: Religião, exatamente...	1
Aluna 3: Tem gente que não respeita.	1
Aluna 3: Igual os ataques na escola, a história do vídeo game que é culpa de um… Eu não acho isso, eu jogo…	1
Aluno 1: É, isso aí também foi um erro, porque não foi influência do jogo. A pessoa que teve esse pensamento.	2
Aluno 4: É só porque a pessoa joga Mário que ela vai virar mecânico? É tipo isso.	2
(Risos entusiasmados)	2
Aluno 4: É só porque a pessoa joga Mário que ela vai virar mecânico? É tipo isso.	3
Aluna 3: Não é porque eu jogo GTA, que vou sair matando todo mundo não.	3
Aluno 1: Uma pessoa que joga Sonic, vai virar mecânico...	3
Aluno 4: Sonic?	3
Aluno 1: Mário, (risos entusiasmados).	NI
Aluna 3: Não é porque eu jogo Far Cry, que eu vou ir em uma floresta e sair matando os bichos.	1
Aluno 4: Não é porque você joga Barbie...	1
(Risos entusiasmados)	1
Aluno 1: Uma coisa que eu acho muito errado também é que você fala: "Ah, eu jogo LOL." e o povo começa a ficar: "Ah, é né?"	1
Aluno 2: Você joga LOL?	1
(Risos entusiasmados)	1
Aluno 1: Jogo, eu jogo Free Fire eu jogo LOL. Eu não sou contra nada, eu jogo é tudo. Põe na minha mão que eu "tô" jogando. Põe um tomate na minha mão para você vê.	1

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

O exemplo da Tabela 2 ilustra a diferença significativa entre meninas e meninos nos momentos de DTM1 e DTM3, mostrando que interrupções dos meninos tendem a rebaixar o nível deliberativo da discussão. Nessas situações, a queda do DTM1 para níveis mais baixos contribui para a dificuldade de as meninas se manterem em momentos de alto nível deliberativo e para sua permanência em DTM3, como no caso em que uma intervenção desviou a conversa para um tom jocoso, levando ao silêncio da participante feminina quando a qualidade da deliberação foi retomada.

Esse tipo de comportamento pode ser comparado ao que Barros e Busanello (2019) chamam de machismo discursivo. Em um estudo qualitativo (grupos focais e entrevistas) com deputadas e assessoras, os autores identificam 15 formas de machismo discursivo que limitam a expressão das parlamentares, como interrupções, deboches, controle do tempo de fala etc. Esse tipo de comportamento tende a ser reproduzido em todo o sistema deliberativo, marginalizando meninas e mulheres em discussões políticas, sejam elas formais ou informais, o que cria uma espécie de desvalidação do discurso feminino, que pode vir a limitar sua agência e participação política em diversos contextos.

Complementarmente, foram analisados também, os dados referentes à relação entre desigualdades de classe e deliberação, onde podemos observar que o contexto socioeconômico das escolas influencia diretamente a participação dos alunos no fluxo deliberativo.

Ao analisar os dados da Tabela 3, observa-se que os alunos de escolas vulneráveis conseguiram sustentar o debate em alto nível deliberativo (DTM1) em maior proporção, com falas claras, respeitosas e dentro do tema (DTM1: alunos de escolas vulneráveis 94,4% e alunos das escolas de classe média 84,80%); apresentando menor queda (DTM2: alunos de escolas vulneráveis: 0,60% e alunos de escolas de classe média: 1,70%) e menor manutenção em baixo nível deliberativo (DTM3: alunos de escolas vulneráveis 1,50% e alunos de escolas de classe média 6,60%). Apenas no DTM4, os alunos de classe média (1,40%) apresentam maior porcentagem em relação aos alunos de escolas vulneráveis (0,40%). É possível que estes tenham precisado recorrer a esse esforço com mais frequência, devido à maior incidência de momentos de queda (DTM2) e de manutenção em baixo nível deliberativo (DTM3).

TABELA 3
Cruzamento entre as variáveis DTM e marcadores de Classe no encontro de nº. 2

DTM	Vulnerável	Classe média	Teste Z - (p-valor)
DTM1	94,40%	84,80%	***
DTM2	0,60%	1,70%	***
DTM3	1,50%	6,60%	***
DTM4	0,40%	1,40%	***
NI	3,00%	5,50%	***

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

Uma publicação recente de Nasir, Zaman e Adeel (2025) contrasta esses resultados, na medida que mostra a relação entre engajamento escolar e status socioeconômico. Nesse artigo, os autores evidenciam que quanto maior o status socioeconômico, maior o engajamento escolar, que abarca comportamentos observáveis como discutir ativamente ideias com colegas, participar de discussões na sala de aula e demonstrar entusiasmo pelo aprendizado colaborativo. Portanto, é possível se questionar se o resultado encontrado aqui é contraintuitivo, a resposta para esse questionamento seria a de que, não, no Brasil, temos evidências (ALBUQUERQUE, 2011; STEINER et al., 2017, BOUTIN e FLACH, 2018) que grupos vulneráveis quando encontram um espaço favorável, têm muito o que dizer, se engajam em reflexões, e se sentem considerados por serem escutados. O diálogo com esses estudos torna evidente como essa relação pode se transformar a depender do contexto e das condições imediatas das situações de participação em discussões na escola. Vários são os fatores que podem interagir com a variável de classe e gerar diferentes padrões de participação deliberativa.

Dado a influência do contexto nos níveis deliberativos das discussões, para dar completude a análise dos dados, foram consultados os cadernos de campo da pesquisa. Os relatos encontrados nestes, indicam que o menor engajamento no encontro 2 entre estudantes de escolas de classe média pode ter sido influenciado por intercorrências organizacionais (problemas na organização das turmas e realização de grupos no turno da tarde, após o

almoço), que podem ter afetado a disposição para participar do debate. Em contraste, estudantes de escolas vulneráveis, menos expostos a esse tipo de atividade, tenderam a encarar o Projeto Compartilha como uma novidade, o que pode ter refletido em maior interesse e engajamento deliberativo durante as discussões.

Ao analisar as falas dos grupos de discussão, observam-se padrões distintos entre escolas de classe média e escolas vulneráveis que ajudam a explicar as diferenças nos níveis de deliberatividade. Nas escolas de classe média, dois fatores parecem ter contribuído para menor incidência de DTM 1 e maior ocorrência de DTM 2 e DTM 3: em uma das escolas, os alunos participaram menos, mostraram-se mais acanhados e tímidos; na outra, houve dificuldade em manter o foco no tópico da discussão em razão de temas "calorosos" que mobilizavam os ânimos no dia do encontro 2, como ilustrado nas tabelas 4 e 5. Em contraste, a maior permanência dos alunos das escolas vulneráveis em momentos de alto nível deliberativo (DTM 1) pode estar associada ao maior interesse e engajamento na proposta de intervenção, o que se evidencia pelo envolvimento nas discussões e pelo esforço em incluir os colegas no debate durante esses momentos (Tabela 6).

TABELA 4
Exemplo de momentos de baixo nível deliberativo (DTM 2) nas escolas de Contextos Socioeconômicos de classe média

Aluno 12: Oi? Eu sou tímido	2
Aluna 13: Mas pode falar, aqui todo mundo te conhece	2
Aluna 14: mas na sala não é parece não	2
Aluno 15: eu converso com meus amigo só, na sala	2
Aluna 16: É, mas todo mundo escuta	2
Aluna 14: Ninguém é obrigado a ouvir o que cê fala não	2
Aluna 16: O cara aqui é seu amigo oh, finge que cê ta conversando com ele	2
Aluno 15: o [nome de um dos colegas]?	2
Aluna 16: é	2
Aluno 17: Quando não tem ninguém pra ofender ele não fala	2

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

TABELA 5
Exemplo de momentos de baixo nível deliberativo (DTM 2 e DTM 3) nas escolas de Contextos Socioeconômicos de classe média

Aluno 9: Não, mas a [nome de uma das colegas] (inaudível) (interrompido).	2
Aluna 5: Não, mas aí veio disso. Aí, nisso, veio o [nome de um dos colegas]… (interrompida)	3
Aluno 18: Mas não sei se…(interrompido)	3
Aluna 5: Ele postou um vídeo no status [recurso online de compartilhamento temporário de imagens e vídeos em redes sociais] dele tocando Xuxa e postou um vídeo no status falando: "'Ah', o terceiro ano fala que a gente é criança, mas olha as atitudes." Aí alguém do terceiro ano tirou print e mandou pro povo do terceiro. Aí o terceiro inteiro foi na foto do [nome de um dos colegas] no Instagram e começou a "zuar" ele. Aí a gente viu a "zueira" e combinou de ir no grupo do primeiro ano e de responder. Só que aí a gente respondeu tipo, não ofendendo ninguém. E acabou que o terceiro entrou na brincadeira com a gente. A gente "tava" "zuando" um ao outro. A menina perguntando quanto que "tá" a lata de Mucilon [marca de leite em pó destinada a crianças] pra gente, "zuando" a gente de criança. Aí eu fui e perguntei pra ela quanto é que "tá" a fralda geriátrica.	3
(Riso coletivo)	3
Aluna 5: Aí a mãe da [nome de uma das colegas] falou que a gente "tava" caçando confusão. Que ela não gostou. Que se a filha dela apanhasse, ela ia ficar brava e ela começou a mandar os áudios pro grupo, entendeu? Xingando a gente.	3
(Alguns riem)	3

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

TABELA 6
Exemplo de momentos de alto nível deliberativo (DTM 1) em escolas de Contexto Socioeconômico vulnerável

Aluno 29: Liberdade de expressão pra mim é você falar: ah, eu gosto de chocolate. Mas, o discurso de ódio pra mim é você falar assim: se cê não gosta de chocolate então você é uma pessoa excluída do mundo, você não merecia viver.	1
Aluno 25: Verdade	1
Aluno 29: Então, isso é discurso de ódio.	1
Aluna 26: Verdade, eu sou assim, eu não gosto de chocolate.	1
Aluno 30: Você não gosta de chocolate?	1

Aluno 25: Muitas vezes a gente pensa muita coisa e a gente pensa em falar mas a gente tem que pensar duas, três, quatro vezes antes de falar, porque você sabe que além de magoar pode dar até uma briga, uma expulsão e muitas pessoas vai sair prejudicada naquela conversa, então a gente tem que pensar bastante antes de falar qualquer coisa. Eu não posso, tipo, falar o que eu falo com meus amigos na rua, dentro da escola ou… em certo outro lugar.	1
(Conversas paralelas)	1
Aluno 25: O zé, para aí sô!	1
Aluna 31: Cabou (risos)	1
Aluno 25: puxa a fita aí irmão, cê que é bom das ideias.	1
Aluno 29: Eu sou Pedro, sou de Minas Gerais, de Belo Horizonte.	1
Aluno 29: Todo mundo tem um lado obscuro na cabeça dela né.	1
Aluno 25: Às vezes a gente faz uma coisa numa brincadeira e a pessoa leva pra outro lado. Acontece muito comigo. Sempre que eu falo as pessoas levam pra outro lado. Tipo, cada um pensa de um jeito. Você pensa de um jeito, ele de outro ele de outro, entendeu? Às vezes você fala uma coisa na brincadeira, sem ofender a pessoa aí a pessoa leva, fala e tal, e acaba dando um transtorno.	1

FONTE - ELABORAÇÃO DA AUTORA.

.5. Conclusão

O presente estudo teve por objetivo investigar como marcadores sociais (gênero, raça e classe) moldam a deliberação em discussões em pequenos grupos. Ao adotar a lente interseccional, buscou uma forma mais sensível e situada de mensurar a inclusão deliberativa, capaz de evidenciar o impacto das desigualdades nas interações. Conforme apontado por Collins e Bilge (2013) sobre o potencial limitador das desigualdades sociais, nosso estudo evidencia que esse fator tende a se impor mesmo diante de iniciativas voltadas a estimular o engajamento deliberativo. Quando examinados sob uma perspectiva sistêmica, esses obstáculos não se limitam ao contexto escolar, mas podem se projetar para outras arenas do sistema deliberativo (MAIA, HAUBER e CHOUCAIR, 2023). A exclusão de certos sujeitos em espaços cotidianos de interação pode reforçar padrões de silêncio e marginalização

política em diversas situações ao longo de sua trajetória, comprometendo sua capacidade de agência e sua inclusão efetiva no debate público democrático.

Essa visão crítica reforça a importância de metodologias como o DTM por permitir um olhar mais sensível e detalhado para os resultados em relação ao DQI, na medida em que elementos sutis da interação podem ser observados. Portanto, a menor permanência das meninas em níveis altos de deliberação (DTM 1) e sua maior presença em interações de baixo nível deliberativo (DTM 3) refletem não falhas individuais, mas desigualdades estruturais que afetam os comportamentos discursivos desde a escola. Tais resultados reforçam a importância de combinar métodos como o DTM com abordagens críticas e interseccionais que considerem não apenas a inclusão formal, mas qualidade dessa inclusão.

O presente estudo lança luz para melhor enfrentar exclusões e desenvolver discussões deliberativas mais inclusivas e equitativas, que incentivem a participação plural, a escuta ativa e o reconhecimento das desigualdades presentes na relação entre os marcadores de gênero e classe. Diante das desigualdades de participação, algumas soluções têm sido apresentadas na literatura sobre deliberação para aprimorar a inclusão. Estratégias de estruturação de situações deliberativas são uma possibilidade, tal como controle da composição grupal (MENDELBERG, KARPOWITZ E GOEDERT, 2014), onde grupos compostos por maior número de mulheres em relação ao número de homens, ampliam a participação feminina. Práticas educativas e intervenções pedagógicas – tal como o Projeto Compartilha - também são fundamentais. Baseado na abordagem de desenvolvimento de capacidades de Sen (1999) e Nussbaum (2011), nosso projeto busca criar e desenvolver recursos para o fortalecimento de capacidades para discussões democráticas e deliberativas. Neste sentido, em conjunto com outras iniciativas, este caminho parece promissor para mitigação das desigualdades de forma mais específicas, com vistas à maior inclusão, de modo não apenas pontual, mas sustentável em múltiplas situações em longo prazo.

Referências

AFSAHI, Afsoun. Gender difference in willingness and capacity for deliberation. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 28, n. 4, p. 1046-1072, 2021.

ALBUQUERQUE, A. A. **Juventude, educação e participação política:** estudo de caso sobre a participação de estudantes do ensino médio do CAIC Raimundo Gomes de Carvalho no Orçamento Participativo de Fortaleza. Fortaleza: UECE, 2011.

ALMEIDA, Aira S. et al. Deliberação política e escola: relações de gênero na construção de capacidades deliberativas. In: **ANAIS GRADUAÇÃO EM FOCO**, Belo Horizonte (MG): UFMG, 2020. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/anais-graduacao-em-foco-2020-e-2021-336586/636354-DELIBERACAO-POLITICA-E-ESCOLA--RELACOES-DE-GENERO-NA-CONSTRUCAO-DE-CAPACIDADES-DELIBERATIVAS. Acesso em: 02 maio 2025.

BÄCHTIGER, A. (Org.). **The Oxford handbook of deliberative democracy**. Oxford University Press, 2018.

BÄCHTIGER, André; PARKINSON, John. **Mapping and measuring deliberation: towards a new deliberative quality**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

BAILEY, Jane et al. Getting at equality: research methods informed by the lessons of intersectionality. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 18, p. 1609406919846753, 2019.

BARROS, A; BUSANELLO, E. **Machismo discursivo:** modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. Revista Estudos Feministas, v. 27, 2019.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Revista Dados**, v. 59, n. 3, 2016.

BIROLI, F. **Teorias feministas da política:** empiria e normatividade. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 102, p. 173-210, 2017.

BORSA, Juliane C. O papel da escola no processo de socialização infantil. Rio Grande do Sul, 2007.

BOUTIN, A. C. D. B.; DE FÁTIMA FLACH, S. **O processo de emancipação de estudantes de periferia a partir da atuação em grêmios estudantis.** Educação em Foco, v. 21, n. 35, p. 283-304, 2018.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; DA SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino? **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 7, n. 3, 2016.

CAMELO, P. H. B. **Escola em disputa: o espaço de razões e a sala de aula em tempos de Escola Sem Partido**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: DE HOLLANDA, Heloisa B. (org.). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 62-81.

COHEN, J. **Deliberation and democratic legitimacy**. In: A. Hamlin & P. Pettit (Eds.) The Good Polity. Basil Blackwell, 1989.

COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

CORRÊA, Laura Guimarães et al. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: **Feminist Legal Theories**. Routledge, 2013. p. 23-51.

DE HOLLANDA, Heloisa B. et al. **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DRAKE, Anna. Deliberative democracy and systemic racism. **Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique**, v. 56, n. 1, p. 92-112, 2023.

DRYZEK, John. Theory, evidence, and the tasks of deliberation. In: **Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?** London: Palgrave Macmillan UK, 2007. p. 237-250.

ELDER, Elizabeth Mitchell; KARPOWITZ, Christopher F.; MENDELBERG, Tali. Race, voice, and authority in discussion groups. **Perspectives on Politics**, p. 1-22, 2025.

FELDHAUS, Charles. Esfera pública e interseccionalidade em Habermas. **Revista Dissertatio de Filosofia**, p. 152-166, 2023.

FISHKIN, J. The Voice of the People: Public Opinion and Democracy. **Yale University Press**, 1995.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. Habermas and the Public Sphere, edited by C. Calhoun, p. 109- 142, 1999.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, v. 18, p. 88-108, 2012.

GASTIL, John et al. Deliberative panels as a source of public knowledge: A large-sample test of the Citizens' Initiative Review. **PloS one**, v. 18, n. 7, 2023.

GOODIN, Robert E.; DRYZEK, John S. Deliberative impacts: The macro-political uptake of mini-publics. **Politics & society**, v. 34, n. 2, p. 219-244, 2006.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

JARAMILLO, Maria Clara; STEINER, Jürg. Deliberative transformative moments: a new concept as amendment to the discourse quality index. **Journal of Deliberative Democracy**, v. 10, n. 2, 2014.

KARPOWITZ, Christopher F.; MENDELBERG, Tali; SHAKER, Lee. Gender inequality in deliberative participation. **American Political Science Review**, v. 106, n. 3, p. 533-547, 2012.

LINS, Beatriz A.; MACHADO, Bernardo; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2016.

MAIA, Rousiley C. M. Approaching normative controversies: deliberation, the media and political talk. New York: Hampton Press, 2012. p. 13-58.

MAIA, Rousiley C. M. **Learning Deliberative Capacities in Brazilian Schools**. Journal of Deliberative Democracy, v. 19, n. 1, 2023.

MAIA, Rousiley C. M.; HAUBER, Gabriella; CHOUCAIR, Tariq. **The deliberative system and inter-connected media in times of uncertainty**. Londres: Palgrave Macmillan, 2023.

MAIA, Rousiley C. M. et al. Which types of reason-giving and storytelling are good for deliberation? Assessing the discussion dynamics in legislative and citizen forums. **European Political Science Review**, v. 12, n. 2, p. 113-132, 2020.

MAIA, Rousiley et al. É possível aprender habilidades para discussão democrática? Um experimento sobre capacitação deliberativa com temas controversos. SciELO Preprints, 2025.

MANSBRIDGE, Jane et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, John; MANSBRIDGE, Jane (ed.). **Deliberative Systems**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MENDELBERG, Tali; KARPOWITZ, Christopher F.; OLIPHANT, J. Baxter. Gender inequality in deliberation: Unpacking the black box of interaction. **Perspectives on Politics**, v. 12, n. 1, p. 18-44, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ASENBAUM, Hans. Decolonizing deliberative democracy. **European Journal of Social Theory**, p. 13684310241297906, 2025.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

NASIR, Rimsha; ZAMAN, Sher; ADEEL, Shahzada. Impact of Students' Socio-Economic Status on Classroom Engagement: A Case of Elementary Schooling. **Journal of Asian Development Studies**, v. 14, n. 2, p. 1188-1200, 2025.

NEBLO, Michael A. **Deliberative democracy between theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

NUSSBAUM, M. C. **Capabilities, entitlements, rights**: Supplementation and critique. Journal of human development and capabilities, 12(1), 23–37, 2011.

OLIVEIRA, Lorena Silva. Raça e política: reflexões afroperspectivistas sobre essa relação. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 24, n. 2, p. 221-233, 2024.

PILAR, Olívia; GUIMARÃES-SILVA, Pâmela. A potencialidade do conceito de interseccionalidade. **Feminismo & Deuda-Feminismo & Dívida**, 2020.

RIBEIRO, Vanda M.; VÓVIO, Cláudia L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, p. 71-87, 2017.

SAMUELSSON, Martin; BØYUM, Steinar. Education for deliberative democracy: mapping the field. **Utbildning & Demokrati – Tidskrift för Didaktik och Utbildningspolitk**, v. 24, n. 1, p. 75-94, 2015.

SANTOS, Raquel A.; SILVA, Rosângela M. N. B. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018.

SEN, A. K. **Democracy as a universal value**. Journal of democracy, 10(3), 3–17. DOI: http://doi.org/10.1353/jod.1999.0055, 1999.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. São Paulo: Leya, 2017.

STEINER, Jürg et al. **Deliberative politics in action: crossnational study of parliamentary debates**. Cambridge: Cambridge University, v. 10, 2004.

STEINER, Jürg. **The foundations of deliberative democracy: empirical research and normative implications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STEINER, Jürg; JARAMILLO, Maria Clara; MAIA, Rousiley C. M. **Deliberation across deeply divided societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

YOUNG, Iris M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2002.